



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

[Handwritten signature]
DSATS
A Secretária-Geral

07/07/07

[Handwritten signature]
Maria do Rosário Bokéo
Adjunta da Secretária-Geral

Ofº nº 5589/MAP - 4 Julho 07

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 6738	20-12-2006	Registo nº 6554	22-12-2006

ASSUNTO: RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 510/X (2ª) - AC DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DOS SENHORES DEPUTADOS ALBERTO ANTUNES E OUTROS (PS)
- RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES E A POSIÇÃO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES SOBRE O MESMO

DS/PS - José Junqueira - Maria Manuel
- Vitor Manuel - Vénia Leite
- Ana Catarina Gonçalves

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 6011 de 29 de Junho do Gabinete do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

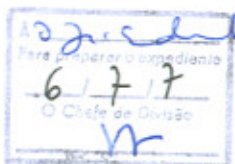
Á DAPLEN
07/07/06

[Handwritten signature]
A Directora de Serviços

[Handwritten signature] A Chefe do Gabinete

[Handwritten signature]

Maria José Ribeiro



SMM



07/07/07
Proc.º n.º 03



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

GABINETE do MINISTRO
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Gabinete do Ministro

Entrada N.º 3659

Data 03 / 07 / 2007

29 JUN 2007 006011

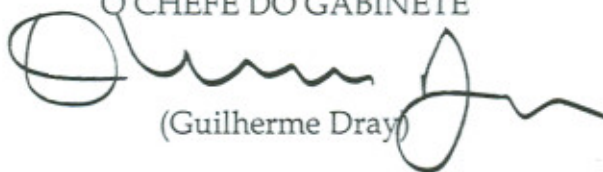
Exm.ª Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência
O Ministro dos Assuntos Parlamentares
Dr.ª Maria José Ribeiro
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Assunto: REQUERIMENTO N.º 510/X/2ª DOS SENHORES DEPUTADOS ALBERTO ANTUNES, JOSÉ JUNQUEIRO, VÍTOR RAMALHO, ANA CATARINA MENDES, MARIA MANUEL OLIVEIRA E VENTURA LEITE (PS). RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES E A POSIÇÃO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES SOBRE O MESMO.

Na sequência do V. ofício n.º 9707/MAP, de 22 de Dezembro de 2006, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de informar V. Exa. que na sequência do Relatório do Tribunal de Contas n.º 38/2006 – 2.ª S – PROC. N.º 3/06 – AUDIT, relativo à actividade da Administração do Porto de Sines (2002-2005), o Ministério Público declarou não requerer procedimento jurisdicional, arquivando os autos [vide Aviso (extracto) n.º 13589/2006, do Tribunal de Contas, publicado no Diário da República, 2ª série, parte D, de 21.12.2006].

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE



(Guilherme Dray)

Agrupamento Vertical de Escolas de Macedo de Cavaleiros

Aviso n.º 13 585/2006

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontram afixadas na Escola E. B. 2, 3 de Macedo de Cavaleiros as listas de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento Vertical. Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação, nos termos do n.º 1 do artigo 65.º deste decreto-lei.

24 de Novembro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Paulo Duarte da Silva Dias*.

Agrupamento de Escolas de Manhente

Aviso n.º 13 586/2006

Nos termos do disposto no artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente e no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no átrio da escola sede (EB 2, 3 de Manhente) a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento com o tempo contabilizado até 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias para reclamação a contar da publicação deste aviso em *Diário da República*.

21 de Novembro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Joaquim Pereira Filho*.

Agrupamento Vertical de Escolas do Pico de Regalados

Despacho n.º 25 925/2006

Nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, designo para o exercício de funções de chefe de serviços de Administração Escolar, da Escola EB 2,3 Monsenhor Elísio Araújo, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, a assistente de administração escolar especialista Ofélia Maria Martins de Matos Pimenta da Costa, funcionária do quadro distrital de vin-

culação de Braga, a exercer funções neste estabelecimento de ensino, cabendo-lhe o vencimento desde 15 de Setembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Setembro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Alberto da Rocha Rodrigues*.

Agrupamento Vertical Escolas de Ribeirão

Aviso n.º 13 587/2006

Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e na circular n.º 30/98/DGRE, de 3 de Novembro, torna-se público que se encontra afixada no placard da secretaria a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento reportada a 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso para reclamação ao órgão de gestão do Agrupamento, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

27 de Novembro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Iolanda Antónia Mendes Andrade Sampaio Sobral Torres*.

Escola Secundária de Vilela

Aviso n.º 13 588/2006

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 132.º do estatuto da carreira docente, conjugado com o artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixado para consulta, no placard dos Serviços Administrativos desta Escola, a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, abrangido pelo supracitado decreto-lei, reportada a 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Albino Martins Nogueira Pereira*.



PARTE D

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção-Geral

Aviso (extracto) n.º 13 589/2006

Para efeitos do disposto no artigo 89.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto, torna-se público que o Ministério Público, no âmbito dos processos abaixo mencionados, declarou não requerer procedimento jurisdicional, pelo que os órgãos de direcção, superintendência ou tutela sobre os visados poderão exercer o direito de acção no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso:

Entidade auditada	Número de processo	Número do relatório	Secção
Centro de Formação Profissional para o Sector da Cristalaria (CRIFORM).	48/05-AUDIT ...	14/2006	2.ª
Seguimento de recomendações formuladas em auditorias a direcções regionais de agricultura.	40/05-AUDIT ...	18/2006	2.ª
Apoios concedidos pela Direcção-Geral de Viação.	34/06-AUDIT ...	17/2006	2.ª

Entidade auditada	Número de processo	Número do relatório	Secção
Relatório global de avaliação do modelo de gestão dos hospitais do SEE.	47/05-AUDIT ...	20/2006	2.ª
Hospital de São Sebastião, E. P. E.	34/05-AUDIT ...	23/2006	2.ª
Hospital de Nossa Senhora do Rosário, E. P. E.	33/05-AUDIT ...	22/2006	2.ª
Hospital Distrital de Santarém, E. P. E.	32/05-AUDIT ...	21/2006	2.ª
Centro Materno-Infantil do Norte.	29/05-AUDIT ...	24/2006	2.ª
Saneamento e execução do PIDDAC — Global.	4/06-AUDIT ...	19/2006	2.ª
Apoios financeiros do Estado pagos pela Direcção-Geral do Tesouro.	39/06-AUDIT ...	26/2006	2.ª
Situação económico-financeira das administrações portuárias portuguesas.	3/06-AUDIT ...	27/2006	2.ª
Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A.	3/06-AUDIT ...	28/2006	2.ª
Regulação no sector do transporte ferroviário.	2/06-AUDIT ...	29/2006	2.ª

Entidade auditada	Número de processo	Número do relatório	Secção
Sistema de controlo instituído na DGCI relativamente aos benefícios fiscais previstos nos artigos 18.º e 21.º do EBF.	20/06-AUDIT ...	30/2006	2.ª
Sistemas de controlo da ajuda aos produtos transformados à base de tomate, no âmbito do FEOGA — Garantia.	24/06-AUDIT ...	25/2006	2.ª
Contabilização das receitas cobradas pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.	17/06-AUDIT ...	32/2006	2.ª
Acompanhamento da execução do orçamento da segurança social.	2/06-AEOSS ...	2/2006	
Apoios concedidos pelo Instituto Português da Juventude.	41/06-AUDIT ...	34/2006	2.ª
Metro do Porto	15/05-AUDIT ...	33/2006	2.ª
Sistema de gestão e controlo do Fundo de Coesão II para o sector do ambiente.	8/06-AUDIT ...	36/2006	2.ª
Regulação no sector das comunicações.	2/06-AUDIT ...	37/2006	2.ª
Administração do Porto de Sines.	3/06-AUDIT ...	38/2006	2.ª
Parecer do Tribunal de Contas sobre a conta da Assembleia da República.		28/2006	2.ª
Maternidade do Dr. Alfredo da Costa.	37/05-AUDIT ...	10/2006	2.ª
Secretaria-Geral do Ministério da Cultura.	18/05-AUDIT ...	26/2005	2.ª
Município de Braga	11/05-AUDIT ...	13/2006	2.ª

5 de Dezembro de 2006. — O Director-Geral, José F. F. Tavares.

Despacho n.º 25 926/2006

Por despacho do conselheiro presidente do Tribunal de Contas de 29 de Novembro de 2006, foi autorizada a transferência de Carlos Alberto Pereira Ferreira Leal, técnico verificador superior principal do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do Serviço de Apoio da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 8 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, conjugado com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei

n.º 218/98, de 17 de Julho, na mesma categoria, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, sede, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007.

6 de Dezembro de 2006. — O Director-Geral, José F. F. Tavares.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA

Despacho (extracto) n.º 25 927/2006

Por despacho de 30 de Novembro de 2006 do presidente do Tribunal da Relação de Évora, foi renovada a Gabriela Maria Sousa Santana Santos, secretária de tribunal superior no Tribunal da Relação de Évora, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, por mais três anos, a comissão de serviço que vem exercendo, com efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2006.

4 de Dezembro de 2006. — A Técnica Superior Principal, Maria da Conceição Rosado.

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Despacho n.º 25 928/2006

Ao abrigo da deliberação do conselho superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 31 de Maio de 2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 16 de Junho de 2004, subdelego no presidente do Tribunal Central Administrativo Sul, juiz desembargador António Ferreira Xavier Forte, os poderes que me foram conferidos por aquela deliberação para a prática dos actos relativos a licenças e faltas dos juízes em exercício nesse Tribunal, ratificando todos os actos até agora praticados no apontado domínio.

6 de Dezembro de 2006. — O Presidente, Manuel Fernando dos Santos Serra.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação n.º 1773/2006

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 29 de Novembro de 2006, foi renovada a comissão de serviço ao licenciado Vítor Manuel de Matos Franco, procurador-geral-adjunto, a exercer as funções de inspector do Ministério Público, com efeitos a partir de 20 de Janeiro de 2007.

5 de Dezembro de 2006. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, Carlos José de Sousa Mendes.



PARTE E

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso (extracto) n.º 13 590/2006

Por despachos do administrador do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de 24 de Outubro de 2006 e do presidente do conselho directivo da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa de 1 de Novembro de 2006, foi autorizada a transferência da técnica superior principal Maria do Carmo Maximiano Ribeiro do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para idêntico lugar do quadro de pessoal não docente do Instituto

Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Novembro de 2006. — O Administrador, Francisco Cal.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Despacho n.º 25 929/2006

Por despacho do reitor da Universidade dos Açores de 23 de Setembro de 2006, foi autorizado o contrato administrativo de provimento da Doutora Rita Margarida Pacheco Dias Marques Brandão para exercer as funções de professora auxiliar, por cinco anos, por con-